

O lugar de Pierre Bayle na historiografia, a historiografia a partir de Pierre Bayle: recepções, comentários e possibilidades

Pierre Bayle's place in historiography, historiography from Pierre Bayle onwards: receptions, comments and possibilities

Jacson Schwengber¹

RESUMO: O presente artigo consiste numa análise a respeito da produção historiográfica do autor francês Pierre Bayle (1647-1706), pensador que, devido a perseguições religiosas, construiu sua trajetória letrada no exílio dos Países Baixos. Em um primeiro momento, é feito um balanço dos estudos que se dedicaram a avaliar o conhecimento histórico produzido por Pierre Bayle. Trata-se de situar o lugar desse autor na historiografia. Poucos foram as pesquisas de fôlego dedicadas a esse tema. Num segundo momento, a atenção se volta para os próprios textos baylianos, extraindo deles elementos que constituem um sofisticado e complexo pensamento a respeito da história. Ética, epistemologia, crítica e o que foi, aqui, chamado de uma política da escrita são articulados na fundamentação bayliana da escrita da história. O presente estudo, outrossim, indica que a crítica documental e a atenção à cultura material, constitutivos da matriz historiográfica oitocentista, estavam também presentes nas práticas seiscentistas de inquirição do passado.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia, crítica das fontes, ética enunciativa, epistemologia.

ABSTRACT: This article consists of an analysis of the historiographical production of the French author Pierre Bayle (1647-1706), a thinker who, due to religious persecution, built his literate career in exile in the Netherlands. At first, a balance is made of the studies that were dedicated to evaluating the historical knowledge produced by Pierre Bayle. It is about situating the place of this author in historiography. There were few extensive researches dedicated to this theme. In a second moment, attention turns to the Baylian texts themselves, extracting from them elements that constitute a sophisticated and complex thought about history. Ethics, epistemology, criticism and what was here called a politics of writing are articulated in the Baylian foundation of writing history. The present study, moreover, indicates that documental criticism and attention to material culture, constitutive of the nineteenth-century historiographic matrix, were also present in seventeenth-century practices of inquiry into the past.

KEYWORDS: historiography, source criticism, enunciative ethics, epistemology.

¹ Doutor em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com bolsa CNPq (2022). E-mail: jacsonhist@gmail.com

INTRODUÇÃO: PRIMEIRAS RECEPÇÕES E RECEPÇÕES CLÁSSICAS

Começemos por alguns aspectos da recepção e da fortuna crítica do autor. Não raro, quem estuda a produção letrada de Pierre Bayle costuma reclamar da pouca atenção dada a ele. Thomas Lennon, para pegar um exemplo, entende que a historiografia intelectual contemporânea negligenciou o pensamento do filósofo de Roterdã — alcunha pela qual é conhecido por ter vivido exilado nessa cidade das Província Unidas. A constatação causa espécie, porque, conforme Lennon, o pensamento bayliano é relevante para quem tenha interesse na história da filosofia, na história das ideias, no criticismo literário e na história das letras francesas do século XVII. Sem falar que seu principal livro, o *Dicionário histórico e crítico* (DHC), cuja primeira edição data do ano de 1696, foi um dos maiores sucessos editoriais da Idade Moderna (LENNON, 1999).

A suposta negligência é relativa. Ao longo do século XX, um número considerável de estudos foi dedicado a produção intelectual de Pierre Bayle. Gianluca Mori fez um levantamento dos títulos de livros, de teses, de dissertações e de artigos produzidos, entre os anos de 1900 e 1999, em língua inglesa, francesa, italiana e alemã. Apenas nesse recorte foi possível catalogar mais de 500 estudos sobre o filósofo de Roterdã (MORI, 1999). Número nada desprezível, ainda mais considerando que Mori elencou somente os principais estudos realizados nas referidas línguas, que muitos outros idiomas europeus nem sequer foram considerados, tampouco estudos feitos fora da Europa e dos Estados Unidos. Cabe também lembrar que o referido levantamento possui mais de 20 anos de defasagem, uma atualização, ainda que nos mesmos limites idiomáticos, com o que foi produzido desde os anos dois mil, nos daria um número maior. Trabalho a ser feito. Porém, mesmo com esses dados situados e desatualizados, percebemos que a percepção de que a obra de Bayle seja negligenciada nasce do contraste com outros autores canônicos. De fato, nomes como Descartes, Espinosa, Locke, Rousseau, Voltaire, Kant, entre outros, são mais recorrentes nos estudos sobre a conformação do pensamento moderno.

Assumamos que, quando comparado com outros luminares da modernidade e da Ilustração, seu nome receba menor número de menções. Apesar disso, é digno de nota que obras seminais conferiram a Pierre Bayle papel destacado na constituição dos contornos do pensamento moderno. São obras como *A filosofia do Iluminismo* (1932), de Ernst Cassirer, *A crise da consciência europeia* (1935), de Paul Hazard e *Crítica e Crise* (1959), de Reinhardt Koselleck. Obras clássicas como essas ajudaram a estabelecer o consenso de que Pierre Bayle, com sua revista e seus livros, foi uma das figuras-chave da cultura letrada dos séculos XVII e XVIII, sendo considerado como precursor do Iluminismo (como aparece em CASSIRER, 1994 e KOSELLECK, 1999) ou como um dos autores da primeira geração da

Ilustração (que é como ISRAEL, 2006, o coloca). Para o historiador Franklin L. Baumer, o afamado editor das *Nouvelles de la république des lettres* (NRL) antecipou os principais pontos da agenda Iluminista como o estabelecimento de uma moralidade secular (BAUMER, 1977). Cassirer destacou o DHC como uma reserva científica inesgotável e como uma fonte de exercitação intelectual. Teria sido com o *Dicionário* “que a filosofia do Iluminismo aprendeu a formular seus próprios problemas”, nele a Ilustração “encontrou forjadas as armas que deveria utilizar”, foi o livro “que abasteceu o arsenal de toda a filosofia iluminista” (CASSIRER, 1994, p. 227 e p. 281).

Seja como for, se precursor ou parte da Ilustração, confere-se a Bayle papel relevante. No entanto, no que exatamente consistiria esse papel é algo ainda debatido. Não há consenso sobre o significado das obras escritas por ele. A historiadora Ruth Whelan considera que “Pierre Bayle é certamente o escritor mais mal compreendido de sua época. Tanto leitores contemporâneos seus quanto posteriores divergiram amplamente quanto às suas reais intenções” (WHELAN apud LENNON, 1999, p.14). Conforme Todd Ryan, nenhum outro escritor moderno recebeu tantas interpretações desencontradas (RYAN, 2009). Pierre Bayle, como os demais letrados daquele tempo, não cabe numa única etiqueta. Identificamos nele diferentes funções autorais: filósofo, jornalista, moralista, teórico político, crítico literário e, claro, historiador. Mais diversificado que o índice das suas diferentes atividades intelectuais é o conjunto de retratos que foram feitos a seu respeito. Os rótulos são tão variados que nos parece que não fazem referência a uma mesma pessoa, ou que os comentaristas que os produziram não tiveram acesso aos os mesmos textos. Ao longo do século XX, Bayle foi entendido como ateu, deísta, fideísta, calvinista, cristão judaizado, criptojudeu, sociniano, positivista, anti-positivista, maniqueísta, atomista, cético, liberal, libertino e existencialista (LENNON, 1999). O mais impressionante é que muitas dessas diferentes classificações, ainda que divergentes entre si, por vezes são igualmente plausíveis. É por isso que “autor do paradoxo” e “enigma” são epítetos atribuídos ao seu nome.

Desde suas primeiras legibilidades, séculos XVII e XVIII, os textos baylianos foram recepcionados de modos variados e por vezes desencontrados. Pierre Jurrieu (1637-1713), o mais ferrenho inimigo intelectual de Bayle, denunciava nesses textos um ataque a fé em nome da razão. Fossem protestantes ou católicos, muitos viam na estrutura argumentativa de Bayle um ardil diabólico para desvirtuar as almas fazendo enfraquecer os fundamentos da crença. Na demonização de seus escritos, até aqueles que reconheciam sua erudição recomendavam não se aproximar de seus livros sem estar devidamente imunizado contra o ceticismo. Em sentido contrário, havia aqueles que — como Jean LeClerc (1657-1736),

Isaac Jaquelot (1647-1708) e Jacques Bernard (1658-1718) — consideravam que seus textos eram um ataque a razão em nome da fé.

Essas percepções divergentes, a respeito do lugar que a fé e a razão ocupavam no pensamento de Pierre Bayle, evidenciam o seu isolamento no refúgio neerlandês. A defesa radical da tolerância e as críticas que fez ao dogmatismo, tanto protestante quanto católico, o afastaram de Pierre Jurieu, o qual, no passado, fora seu amigo. A influência de Jurieu no interior da Igreja Reformada custou a Pierre Bayle a perda de seu posto de professor de história e de filosofia na *École Illustre*, além de um processo por ateísmo e obscenidade no Consistório Wallon. Na contenda contra o autoritarismo de Jurieu, os representantes liberais do protestantismo chegaram a cogitar que Bayle fosse um possível aliado na defesa de uma fé fundamentada na racionalidade. Todavia, não tardou para que Bayle entrasse em disputa também com eles. Os temas divinos não poderiam ser abordados numa perspectiva racionalista, pretensão de autores como Jaquelot e LeClerc. Para Bayle, não havia síntese possível entre a ciência, a razão e o cristianismo. O fato de o filósofo de Roterdã não ter se alinhado a nenhum grupo e sua atuação beligerante são, muitas vezes, apontados como traços fundamentais de sua conduta intelectual. Edward Gibbon, com seu estilo sarcástico, definiu-o como o protestante perfeito, como aquele que se opunha a tudo e a todos, que protestava contra todos os sistemas e seitas (GIBBON, 1984, p. 65).

Uma geração depois, a partir de 1730, a recepção de Pierre Bayle passa por uma mudança significativa. O contexto era outro, e o fato de ser um escritor protestante não criava mais tantas resistências na França católica. No lugar do combate direto de suas teses, foi feita uma reconstrução da sua imagem — a subversão potencial de suas ideias foi suplantada por um Bayle “domesticado”. Gradativamente foi se desconfigurando a imagem de autor irreligioso (sendo colocado como anticlerical, mas não ateu) e os paradoxos desconcertantes de sua argumentação perderam muito de sua força e apelo (principalmente aqueles que colocavam em xeque a razão). É nesta última chave de leitura que seus escritos foram apropriados pelos representantes do Iluminismo francês. De acordo com o historiador Jonathan Israel, os representantes da Ilustração remodelaram as ideias de Bayle conforme seus próprios projetos intelectuais, apresentando-o como algo que ele não foi (ISRAEL, 2006). Para Richard Popkin, os pensadores ilustrados se enganaram a seu respeito: “sua destruição de certos pontos de vista foi transformada, na ‘era da razão’, em afirmações positivas para outros pontos de vista” (POPKIN, 2003, p. 300). Cada um o colocou como um patrono de seus próprios projetos filosóficos, ainda que Bayle pessoalmente jamais tenha proposto erigir qualquer monumento de esperança na razão.

Correta ou não, a recepção dos chamados *philosophes* tem particular interesse aqui, pois ela consolidou uma determinada imagem de Bayle no interior da história das ideias, a qual perdurou por mais de dois séculos. Essa “leitura parisiense”, como a chamou Elisabeth Labrousse, fez fortuna. Fideísmo e ceticismo são destacados como o cerne das proposições intelectuais baylianas. Essa imagem, consolidou na historiografia a colocação de Bayle como precursor do pensamento Ilustrado. Conseguimos perceber que boa parte da bibliografia dos séculos XX e XXI acabou entendendo Bayle em função dos desdobramentos da sua recepção no século XVIII. Alguns dos interpretes que repetem a chave setecentista ilustrada foram mencionados acima: Koselleck, Baumer, Cassirer e Hazard.

Na década de 1960, os estudos da historiadora Elisabeth Labrousse produziram um deslocamento de perspectiva: não mais pensar os textos de Pierre Bayle como pré-Iluministas ou inauguradores da Ilustração, e sim situados no contexto de suas primeiras legibilidades. Ela os insere no universo teológico e filosófico de finais do século XVII, afastando-os do cenário laico e acadêmico posterior. Pierre Bayle, de acordo com esses estudos, foi um típico pensador calvinista de viés agostiniano. Labrousse, importante destacar, é responsável pela realização da mais completa pesquisa sobre a vida e a obra de Pierre Bayle. Sua grande obra, dividida em duas partes (*Pierre Bayle — Tome I: Du Pays de Foix a la Cite d’Erasmus* e *Pierre Bayle — Tome II: Heterodoxie et Rigorisme*), é seminal, deu ímpeto, no último quartel do século XX, a uma renovação dos estudos baylianos.

Outros pesquisadores seguiram pela vereda aberta por Labrousse. Se configurou, assim, um grupo de estudiosos “revisionistas”, dentre os quais se destacaram os trabalhos de Walter Rex, Richard Popkin, Craig Brush, Karl Sandberg e Jacques Solé. Paralela a essa tendência, se formou também uma contracorrente interpretativa, formada principalmente por acadêmicos italianos. Esse grupo de “tradicionalistas”, ou “contra-revisionistas”, conta com nomes como Gianfranco Cantelli e Gianluca Mori. Os trabalhos destes últimos tentam restabelecer a imagem de Pierre Bayle como um descrente, cujas argumentações teológicas voltavam-se para fins antiteológicos e conclusões inescapavelmente ateias.

RECEPÇÃO DE BAYLE NA HISTORIOGRAFIA

Da bibliografia sumarizada, talvez o único consenso que possamos extrair é a concordância a respeito da importância dos trabalhos de Pierre Bayle para o contexto intelectual europeu dos séculos XVII e XVIII. Mas chamaria atenção que até aqui nada foi dito sobre as contribuições historiográficas desse letrado. Dos estudos que mencionei,

todos, em maior ou menor medida, mencionam a importância do pensamento histórico em Bayle, bem como da contribuição de Bayle para o pensamento histórico. Mas esse nunca é um aspecto central, são comentários que aparecem num caráter subsidiário. No entanto, ainda que se apresentem de forma residual, valerá a pena destacar alguns deles.

No segundo volume, do já mencionado estudo de Elisabeth Labrousse, o aspecto historiográfico é explorado. Ela o dividiu em três partes: “a verdade de fato”, “a verdade de razão”, “a verdade revelada”. Na primeira dessas partes descreveu uma atitude de Bayle a qual definiu como sendo sua “mentalidade de historiador”. Essa mentalidade é caracterizada como um amor ao concreto, uma inclinação do filósofo de Roterdã pelo conhecimento das trajetórias biográficas, pelo curso pitoresco das ações, pelo caráter contingente dos destinos individuais. Correlato dessa atitude estava uma recusa do pensamento de sistema (LABROUSSE, 1964). Foi Labrousse que pela primeira vez evidenciou de forma consistente os meios pelos quais Bayle transpôs os métodos e as premissas cartesianas para o domínio da história. Minha pesquisa, em grande medida, assim como muitas e muitos outros que se dedicaram aos estudos baylianos, é tributária dos trabalhos realizados por essa historiadora.

O historiador Anthony Grafton não tem um estudo no qual tenha particularizado em profundidade a contribuição historiográfica de Pierre Bayle. Ainda assim, ele é um dos estudiosos que situa os textos baylianos na gênese da historiografia moderna — ressaltou isso em diferentes passagens de suas obras. Em um livro de erudição e bom humor, seguiu a perspectiva de Elisabeth Labrousse na análise que fez a respeito das origens cartesianas da moderna nota de rodapé. Repete a respeito de Bayle basicamente os mesmos juízos que foram feitos, décadas antes, pela historiadora. Porém, deu maior atenção aos aparatos de referência de fontes e citações mobilizados pelo autor do DHC. Grafton também dimensiona o lugar de Bayle na história da historiografia ocidental moderna, colocando o DHC como antecipador do modo pelo qual, ainda hoje, se procede tanto na pesquisa como da forma de apresentação dos seus resultados (GRAFTON, 1998). Em outro livro, o historiador norte-americano afirma que o DHC se inscreve numa série de outras obras históricas modernas, caracterizadas pelo fato de indicarem de forma sistemática e detalhada quais são suas fontes de informação (GRAFTON, 2012).

A pesquisadora brasileira Marília Cecília Pedreira de Almeida deu enfoque, em sua tese de doutorado, ao conceito de tolerância desenvolvido por Pierre Bayle no seu livro *Commentaire philosophique* (1686), articulando-o com a noção de liberdade de consciência. A tese também trata da concepção de Bayle quanto a legitimidade das leis e de sua defesa do absolutismo — mas não da tirania e da arbitrariedade. Para isso, Almeida faz um estudo

comparativo com os sistemas filosófico-políticos de Jean Bodin e Hugo Grotius. Para a autora, a compreensão do pensamento político de Bayle tem relação com suas ideias quanto à natureza humana e, ponto que nos interessa aqui, sobre a história. Ela evidencia que a escrita bayliana articula juízos sobre os limites do conhecimento e elaborações sobre as condições de coexistência pacífica entre os indivíduos. Essa era uma das principais camadas de seu discurso; era a sua tese sobre a tolerância, a qual não estava desvinculada de suas concepções sobre história (ALMEIDA, 2011).

Nos livros de síntese ou manuais de história da escrita da história, a contribuição de Bayle para a historiografia também aparece de modo tangencial. Balanços de estado da arte operam recortes e recortes sempre implicam deixar este ou aquele nome de fora; dar maior ou menor importância para determinado texto ou conjunto de textos. Porém, principalmente nesses levantamentos mais gerais, chama atenção o reduzido espaço ocupado por Bayle. Principalmente quando se considera que obras clássicas, como a de Ernst Cassirer, já o colocavam como alguém central na configuração do conhecimento histórico moderno. Não apenas central, mas um verdadeiro ponto de inflexão:

Bayle não fez muito menos pela história do que Galileu fez pela física. Galileu exige a independência total da física em relação ao texto bíblico para a interpretação dos fenômenos, impõe e justifica metodicamente essa exigência: Bayle abre o caminho dessa independência em história. Foi ele quem realizou, *mutatis mutandis* a revolução copernicana em história. Em vez de basear a ‘verdade’ da história num pretendo dado objetivo imposto dogmaticamente pela Bíblia ou pela Igreja, ele retorna às fontes subjetivas, às condições subjetivas dessa verdade. A crítica das fontes históricas, que lhe serviu de ponto de partida, adquire em suas mãos uma amplitude cada vez maior até converter-se numa espécie de ‘crítica da razão histórica’ (CASSIRER, 1994, p. 279).

As correlações de Cassirer são grandiloquentes; o que Galileu/Copérnico foram para a astronomia e Kant foi para filosofia/epistemologia, seria Bayle para o conhecimento histórico. Apesar disso, nos balanços historiográficos, sua situação é a já registrada acima: pouco aparece. Há quem mencione, *en passant*, quanto a sua grande relevância, porém sem maiores desenvolvimentos a respeito de seus trabalhos. O historiador Donald Kelley escreveu uma série de estudos dedicados ao passado da escrita da história. Em um de seus manuais, publicado no ano de 1991, dedicou algumas linhas para tratar do ceticismo de Pierre Bayle e sua apropriação na conformação da historiografia do Iluminismo. Em outro livro, publicado em 1998, inseriu outra breve referência quanto a influência de Pierre Bayle, dessa vez para falar da sua contribuição para a construção das bases de uma historiografia científica (KELLEY, 1991; KELLEY, 1998). O filósofo Paul Ricoeur, em um livro de

análise mais densa, colocou Bayle ao lado de Espinosa, Richard Simon, Mabillon e Papebroeck, como um dos representantes da “idade de ouro” da crítica histórica. Mas, apesar da deferência, não registrou mais do que uma linha a seu respeito, resumindo-o ao “davidador de múltiplos alvos” (RICOEUR, 2007, p. 183).

Outros recenseamentos historiográficos sequer mencionam o seu nome. François Dosse, em um livro síntese a respeito de práticas historiográficas e sua articulação com a reflexão filosófica sobre o passado, não incluiu nenhum texto de Pierre Bayle (DOSSE, 2007). Também não faltou quem desqualificasse sua relevância. Em 1914, foi publicada a edição francesa do *Histoire de l'historiographie moderne*, do suíço Eduard Fueter. Neste livro de mais de 800 páginas, apenas duas delas foram dedicadas a Pierre Bayle. Isso considerando a paginação, pois o texto não ocupa mais que uma folha e meia; boa parte deste espaço, inclusive, dedicado a Voltaire. Para Fueter, Bayle pouco contribuiu para o conhecimento teórico — filosófico racional — da história. Embora atribua pouca importância, Fueter fez uma leitura acurada das características dos textos baylianos ao destacar que a concepção de história neles expressa se distancia da filosofia histórica do Iluminismo. Ainda que tome isso como demérito, parece acertado associar o DHC antes aos trabalhos feitos por eruditos como Mabillon e Tillemont do que àqueles realizados por Voltaire e seus contemporâneos (FUETER, 1914, pp. 404-405).

Vale mencionar uma publicação organizada por Jean-Michel Gros, a qual não consistiu num estudo, mas na seleção de verbetes do DHC: *Pierre Bayle. Pour une histoire critique de la philosophie* (2001). O critério editorial, cujo espírito apreendemos pelo título, coloca em relevo o aspecto historiográfico dos verbetes e que Bayle foi, entre outras coisas, um historiador. Hubert Bost, num comentário sobre essa seleção, lembra que a noção de uma história da filosofia diz respeito antes à concepção que se tem dessa disciplina no início do século XXI do que propriamente a como Pierre Bayle entenderia essas categorias em seu tempo. No entanto, não excluiu se tratar de um tema com o qual o autor tenha se ocupado:

Em sua carreira universitária, tanto em Sedan quanto em Roterdã, Bayle ensinava filosofia e história. Por isso, ele conheceu bem um e outro domínio e, pelo menos em sua prática pedagógica, teve que refletir sobre as diferenças e semelhanças entre essas duas disciplinas, e mesmo sobre sua possível articulação (BOST, 2009, p. 296).

Bost remete às leituras que Bayle fez de Montaigne em sua juventude. Teria sido com o autor dos *Ensaio*s que o filósofo de Roterdã adquiriu o hábito de refletir

filosoficamente a partir de exemplos concretos, e não apenas a partir de especulações teóricas. Dentre suas leituras preferidas estava *Vida dos homens ilustres*, de Plutarco. Mas sua “consciência historiográfica” não se evidencia apenas no apreço que teve pelos historiadores clássicos. Sua correspondência é repleta de considerações a respeito de eventos contemporâneos — campanhas militares, conflitos entre diferentes concepções intelectuais, acontecimentos políticos (BOST, 2009, p. 297). Essa preocupação de Bayle com os eventos do seu tempo presente ficaram registradas também nas páginas do DHC. Para Bost, inclusive os trabalhos filosóficos de Bayle eram constantemente atravessados por “uma interrogação de historiador” (BOST, 2009, p. 297). Pierre Bayle jamais formulou um quadro teórico sistematizado, pelo contrário, seu ceticismo inclinava-o a dismantelar os sistemas filosóficos existentes. Por isso, estudava-os, comparava-os e os colocava em seus contextos originais. Dessa forma, conforme Hubert Bost, enquanto cético Bayle acabou por escrever uma história dos sistemas filosóficos.

Em Pierre Bayle, encontramos também uma história das crenças e das disputas em torno delas, especialmente os conflitos confessionais entre cristãos. No início da década de 1970, foi publicado um importante livro sobre a querela historiográfica estabelecida entre católicos e protestantes franceses no final do Seiscentos: *From Theology to History* (1973). Nessa publicação, a historiadora Elisabeth I. Perry, mostra como os fundamentos do embate confessional, que no século XVI era fundamentalmente teológico, passou, no século XVII, cada vez mais a ser historiográfico. Ela analisa a disputa pelo significado e os modos de uso do passado no que ela chamou de historiografia da “era da Revogação”, ou seja, textos produzidos nos anos pouco antes e pouco depois da Revogação do Édito de Nantes (1685). Mais especificamente, o seu recorte cronológico captou o que se escreveu a esse respeito entre os anos de 1671 e de 1691. Sua pesquisa, que analisou essa questão mais geral, teve como ponto de partida a leitura que ela, ainda na época de sua graduação, fez das obras de Pierre Bayle. A autora, sempre teve interesse pela questão da Igreja Reformada na França e, em especial, pela questão das minorias religiosas em geral. Desse interesse, ela iniciou o estudo do debate entre o jesuíta Louis Maimbourg e o protestante Pierre Bayle em torno da história do calvinismo¹. Por isso, o modo como Bayle pensava a historiografia, embora não seja o foco, faz parte desse livro.

Dado o recorte cronológico, Perry não dá atenção ao DHC, principal obra de Pierre Bayle. No *From theology to history*, o escrito bayliano que ganha maior atenção é o *Critique générale de l'histoire du calvinisme*. Foi uma obra efetivamente dedicada a debater a escrita da história, transformando a questão da imparcialidade do historiador numa condição necessária para a verdade histórica. Porém, na *Crítica geral*, Perry tem razão

quando afirma que Bayle atua mais como controversista do partido protestante do que efetivamente como historiador. Desse modo, o trabalho de Perry está entre aqueles que deram luz a contribuição de Bayle para a historiografia, ainda que centrado apenas nessa faceta polemista. Lembremos que são os textos do seu dicionário, publicados a partir de 1696, que o próprio Bayle veio a considerar como trabalhos de história e os quais produziu na qualidade de historiador.

Poucos foram, até hoje, os estudos de fôlego dedicados a investigar os trabalhos de Pierre Bayle numa perspectiva especificamente historiográfica. Nesse sentido, John Cashmere, Ruth Whelan e Hubert Bost constituem exceções. Foi exatamente em torno do tema das confissões e das guerras de religião que esses(as) autores(as) realizaram pesquisas mais densas sobre a história pensada e escrita por Bayle.

Na tese de John Cashmere, defendida em 1969, a linha mestra foi analisar como a ideia de tolerância de Pierre Bayle se articulava com sua ideia de história. Na sua pesquisa, situou Bayle antes como historiador do que como filósofo, uma vez que seu estudo centrou no DHC. Para o pesquisador, o *Dictionnaire* pode ser melhor descrito como uma monumental obra de história dedicada em suas notas de rodapé críticas à propagação do tema da tolerância religiosa universal. Sublinha que a noção bayliana de história, em linhas gerais, não destoava dos parâmetros humanistas ainda vigentes no século XVII. Porém, devido a defesa da tolerância, teriam sido produzidos certos desvios do conceito tradicional de história, desvios que levaram a conclusões que, segundo o pesquisador, representaram uma dramática transformação no pensamento histórico francês. Os métodos e as ideias de Bayle a respeito da história estavam nas páginas do DHC, e este esteve nas prateleiras dos mais importantes letrados do Setecentos (CASHMERE, 1969).

A historiadora Ruth Whelan, também abordando a história do cristianismo elaborada por Bayle, identificou um deslocamento no seu pensamento. Num primeiro momento, ele partira de uma idealização do protestantismo e passa, progressivamente, a ser mais crítico em relação aos desdobramentos reais que os eventos da Reforma desencadearam. A pesquisadora indica como as disputas entre protestantes no refúgio se relacionam com essas reavaliações que Bayle fez do significado da Reforma no quadro geral da história do cristianismo (WHELAN, 1990). É no âmago dessa mudança de perspectiva que notamos um dos aspectos do seu conhecido ceticismo. A fé consistia numa certeza individual, a qual deveria permanecer nos estritos limites da consciência de cada um. Fora desses limites, nenhuma doutrina religiosa poderia legitimamente garantir ter posse da verdade.

Hubert Bost, como já vimos, defende que Bayle produziu uma espécie de história das ideias ao cotejar diferentes escolas filosóficas. Mas, em *Pierre Bayle historien, critique et moraliste*, sustenta que Bayle escreveu uma história do cristianismo, em geral, e da Reforma, em particular. Ao longo de sua trajetória letrada, Bayle produziu dossiês e inventários das diferentes crenças. Bost enfatiza o tratamento que Bayle deu as Guerras de Religião, bem como descreve a partir de que métodos, de que estratégias de leitura e conforme quais argumentos Bayle executou sua reflexão historiográfica. Segundo Bost, Bayle produziu uma história voltada para a desconstrução da mistificação semântica dos discursos que legitimavam a perseguição aos huguenotes. O livro também aborda a forma pela qual Bayle historicizou os eventos em torno da Revolução Gloriosa na Inglaterra (BOST, 2006).

Apresentado esse elenco de estudos dedicados aos aspectos historiográficos presentes nas obras de Pierre Bayle, nas próximas páginas, a proposta é fazer uma análise historiográfica a partir dos próprios textos do autor.

LENDO PIERRE BAYLE: UM EFEITO DE CONTEMPORANEIDADE

Nos últimos anos, meus esforços estiveram voltados para a análise dos textos baylianos. A partir deles, tem sido possível evidenciar como foi constituído um dos começos da historiografia moderna. *Um começo* entre outros, pois seria despropositado falar *do* começo. Foram vários os pontos de inflexão que ajudaram a conformar nossas atuais concepções de história. A memória disciplinar, que opera seleções e silenciamentos na constituição de uma identidade de ofício, eventualmente, pode figurar nosso saber como um sucessivo progresso em linha reta e ascendente. Contudo, o caminho, na prática, é acidentado e repleto de discontinuidades.

Paralelos e pontos de contato existem. Não é sem motivo que o(a) leitor(a) contemporâneo(a), principalmente se profissional da área de história, depara-se com elementos de identificação nos textos de Pierre Bayle. O rigor e a forma com que ele propôs a análise das fontes é muito próxima dos modelos metodológicos adotados pela ciência histórica no século XIX e que, após críticas e revisões, ainda vigora em alguns de seus aspectos nas pesquisas acadêmicas de nossos dias. Nos é familiar também o modo como tratou o tema da tolerância, da laicidade (do saber e do poder) e da livre circulação de ideias. Porém, o estranhamento também é inevitável. Uma leitura historiadora não perde de vista que o contexto epistemológico no qual esse autor produziu suas ideias foi, em muitos pontos, radicalmente diferente do nosso. Destacar as especificidades do vocabulário e das categorias daquele tempo é um procedimento fundamental para não cair, tanto quanto possível, naquilo que Paul Veyne chamou de ilusão retrospectiva (VEYNE, 1984); ou seja,

na ilusão de que desde sempre e em germen a escrita da história já era o que hoje ela é para nós.

Apresento esse preâmbulo porque na leitura historiográfica que segue darei ênfase nas aproximações. Ao apresentar traços de familiaridade sei que mitigarei a distância cronológica e epistêmica que nos separa desse autor. Por isso, para quem queira uma visada das especificidades e diferenças entre a historiografia de inícios da modernidade, tal como a praticou e a pensou Pierre Bayle, daquela que nos é contemporânea deixo como referência SCHWENGBER (2022). Mas se Pierre Bayle não nos é contemporâneo, algumas recepções que temos dele reforçam pelo menos um efeito de contemporaneidade. Marc Bloch, por exemplo, o evocou em alguns momentos de sua *Apologia da história* como um interlocutor, um colega de ofício:

velha sob a forma embrionária da narrativa, de há muito apinhada de ficções, (...) ela [a história] **permanece, como empreendimento racional de análise, jovem.** Tem dificuldades para penetrar, enfim, no subterrâneo dos fatos de superfície, para rejeitar, depois das seduções da lenda ou da retórica, os venenos, atualmente mais perigosos, da rotina erudita e dados em senso comum. Ela ainda não ultrapassou, quanto a alguns dos problemas essenciais de seu método, os primeiros passos. E eis por que Fustel de Coulanges **e, já antes dele, Bayle provavelmente não estavam totalmente errados ao dizê-la "a mais difícil de todas as ciências** [grifos meus] (BLOCH, 2002, p. 47).

Bloch está entre aqueles, tal como os que mencionei no balanço inicial desse artigo, que considera que a estruturação epistemológica do século XVIII começa décadas antes do ano 1700; segundo ele, comprovam isso publicações como a *História dos Oráculos* de 1687, de Fontenelle, e como o *Dicionário Histórico e Crítico* de 1696, de Bayle (BLOCH, 2002). Mas do excerto acima, note-se como ele vincula Bayle aos primeiros passos de uma história ciência, ou seja, coloca-o na cena inaugural de um projeto historiográfico ainda em construção nas primeiras décadas do século XX — que foi até onde, tragicamente, chegou o limite da existência de Bloch. Importante que se diga que Bayle não é o único no qual Bloch via já uma identidade de ofício tal como ele o entendia para si mesmo. Isso porque, para o autor da *Apologia da história*, o século XVII foi entendido como “o” momento decisivo na história do método crítico.

Eruditos, exegetas e curiosos em geral, da época de Bayle, são colocados como fontes para as quais os historiadores do oitocentos se voltaram nos seus esforços de conferir um discurso científico para a história. John Pocock sustenta que, para o(a) historiador(a) da historiografia, é importante entender como as técnicas e métodos críticos

de inquirição passaram, cada vez mais, a ocupar a atenção de quem escrevia e pesquisava sobre o passado; e o século XVII é colocado como um momento decisivo desse processo (POCOCK, 1987). Esse foi um contexto de leituras desconfiadas, no qual não se tomava os enunciados por seu valor de face e onde o testemunho mais que aceito era escrutinado. Pierre Bayle foi peça chave dessa cena. Fala-se muito no seu ceticismo, mas ele não era voltado para invalidar as verdades históricas — sim para qualificá-las. É possível notar na articulação dos dois termos que dão título ao dicionário (“histórico” e “crítico”) que mais do que recordar e registrar os feitos e as ações do passado, tratava-se de pesá-los e avaliá-los. Pensar historicamente passava a ser associado a uma conduta rigorosa e árdua de inquirição, como diria Pierre Bayle: “não é fácil chegar até a evidência” (OD. II, 12a)².

UM ENUNCIADOR SITUADO

A primeira publicação de Pierre Bayle, especificamente dedicada à análise historiográfica, foi o *Critique générale de l'histoire du calvinisme* (1683). Nela, não fez a crítica documental, mas uma crítica da autoria — do modo como quem escreve seleciona, evidencia e silencia. Nesse momento, não pensava ainda no que consistia e qual a natureza específica dos fatos históricos, mas avaliava o que era possível fazer com eles. Bayle não chegava a duvidar da possibilidade de encontrar ou construir fatos históricos, seu ponto é o que é possível fazer com eles. A história, como a entendia, é mais do que mera coleção de dados, por isso, mesmo estabelecendo alguns fatos como certos, a verdade de um relato histórico depende de mais do que isso. A explicação histórica mobiliza as causas e os motivos dos eventos, manipular os fatos (ainda que bem estabelecidos e não falsificados) modifica a explicação que será elaborada:

Duas linhas suprimidas, ou a favor ou contra [*pour ou contre*], na exposição de um fato, são capazes de fazer um homem parecer, ou muito inocente ou muito culpado: com a simples transposição de algumas palavras se pode fazer de um discurso santo um discurso ímpio; da mesma forma, por meio da simples transposição de algumas circunstâncias se pode converter a mais criminosa ação do mundo, na ação mais virtuosa. A omissão de uma circunstância, a suposição de uma outra, que se verte habilmente em cinco ou seis palavras; uma certa forma [*un jene sai quel tour*] que se atribui as coisas; mudam completamente a qualidade das ações (ODII, p. 10a).

Fazia parte do arcabouço explicativo típico, que então se tinha em mente, o estabelecimento de um juízo a respeito do caráter virtuoso ou vicioso que perpassava as ações dos agentes históricos. A operação, em síntese, se daria da seguinte forma: recolha dos testemunhos (fatos), elaboração de uma explicação com base nos dados testemunhais

recolhidos, juízo de valor sobre esse conjunto explicativo-probatório. Ou ainda, sendo um tanto repetitivo, a história envolve pesquisa, explicação e juízo moral. A parcialidade do historiador, evidenciada na *Critique générale*, desconstrói esse modelo. O historiador, inserido no seu contexto de crenças e interesses, parte de início de um valor moral que é o seu e que, ao mesmo tempo, compartilha com sua comunidade. Esse juízo de antemão será o critério a partir do qual decidirá que testemunhos (fatos) selecionar e que sentido atribuir a eles (explicação). O que Bayle estava dizendo é que, não raro, no lugar de a partir das evidências encontrar uma resposta, já se tinha essa resposta de antemão e buscava-se apenas aquelas evidências que a corroborassem. Para ilustrar isso, em diferentes momentos, evocou cenas da cozinha da história. Primeiro, na encadernação de março de 1686 da NRL:

A história é adaptada de forma semelhante às carnes em uma cozinha, cada nação as prepara à sua maneira, de modo que a mesma coisa é colocada em tantos ensopados diferentes quantos são os países no mundo; e quase sempre se acham mais agradáveis aqueles ensopados que estão em conformidade com seu costume. Eis, ou quase isso, o destino da história; cada nação, cada religião, cada seita pega os mesmos fatos totalmente crus onde eles possam ser encontrados, os acomoda e os tempera de acordo com seu gosto; depois, eles parecem verdadeiros ou falsos para cada leitor conforme concordem ou não com os seus preconceitos (ODI, p.510a).

Depois, no verbete CAPRIATA, o qual foi escrito em algum momento entre 1702 e 1706³:

Os escritores mentirosos são semelhantes aos cozinheiros, os quais fazem um molho saborosíssimo de carnes as mais insípidas e duras de digerir, de modo que sejam consumidas com prazer. Um historiador desonesto suprime os maus sucessos, ou cobre-os com tantos detalhes de pequenas circunstâncias vantajosas que os torna imperceptíveis aos leitores: eles não conseguem ver a ferida sob a multidão de belos emplastos que ele aplica sobre ela (CAPRIATA, rem. D)⁴.

Não é que não fosse possível estabelecer certezas — era possível, principalmente sobre questões pontuais: “a certeza da história”, dizia ele, “pode ser colocada em algum detalhe” (ODII, p.11b). Assim, “examinando a cadeia de muitos fatos (...) pesando todas as circunstâncias, comparado o que foi dito por uns e por outros, pode-se esclarecer muitas coisas, descobrir muitas imposturas, refutar muitas calúnias” (ODII, p. 12a). Nesses casos, “pode-se estar persuadido de um fato, de um objetivo ou de um motivo particular” (ODII, p.11b). Mas, dependendo da conduta e do talento de quem escreve história, fatos verídicos podem ser usados para compor narrativas falsas. O falseamento na história é como a

trapaça no jogo de cartas, dispensando as cartas (fatos) ruins e guardando apenas as boas, embaralhando-as e as distribuindo conforme a conveniência⁵. O historiador trapaceiro consegue dos fatos produzir mentiras: “por mentir, quero dizer não somente a inteira invenção de um fato falso, mas também a supressão ou adição de certas circunstâncias que podem servir para absolver ou para acusar as pessoas” (ODII, p. 10a).

Ao tratar das possibilidades de manipulação, tratava das motivações que poderiam levar a isso. Em resumo, por diversos motivos, quem escreve acaba sendo tendencioso porque é parte interessada naquilo que escreve. O devoto zeloso, o súdito reverente e o patriota engajado são figuras virtuosas, mas inaptas ao ofício historiográfico que exige isenção de pré-julgamentos. Quem escreve “se torna um péssimo historiador na proporção em que se mostra um bom súdito” (USSON, rem. F). A própria matéria da história política — então chamada história civil — é desafiadora devido a suas próprias características, apresenta um vocabulário cujos os significados deslizam. Some-se a isso as paixões que desperta. Evidenciando todas essas fragilidades, Bayle propunha o estabelecimento da imparcialidade como premissa ético epistemológica básica da historiografia. Para evitar exageros, supressões e falsificações, a história “deveria ser deixada aos ponderados e indiferentes” (REMOND, rem. D). Sobre esse ideal de imparcialidade, uma citação de Bayle se tornou ilustre:

Insensível a todo resto, [o historiador] deve estar atento somente aos interesses da verdade, e a ela deve sacrificar o ressentimento de uma injúria, a lembrança de um benefício e o próprio amor à pátria. Deve esquecer que é de um determinado país, que foi criado em determinada comunhão, que deve sua fortuna a tal ou tal, que tais ou tais são seus amigos ou seus parentes. Um historiador enquanto tal é como Melquisedeque: sem pai, sem mãe e sem genealogia. Se lhe indagamos: de onde és? Ele deve responder: não sou francês, nem alemão, nem inglês, nem espanhol; sou habitante do mundo (USSON, rem. F).

Dessa citação, Cassirer, por exemplo, afirmou que o dicionário de Bayle foi o modelo e o exemplo de uma história cosmopolita — antecipando o projeto epistemológico histórico kantiano (CASSIRER, 1994)⁶. Identificamos a construção abstrata de um sujeito do saber desterritorializado, de um lugar de enunciação comprometido unicamente com o saber e, para isso, não se deixando afetar por outros interesses que não o conhecimento. Construção que dificilmente deixa de produzir curtos circuitos porque exige se posicionar fora de qualquer posição — como se nota, um paradoxo. Contudo, no enredo argumentativo de Bayle isso não é necessariamente um problema, porque faz essa elaboração como um artifício. Realiza a circunscrição de uma geometria enunciativa, na

qual a posição do enunciador — em relação aos seus afetos, aos seus valores e aos eventos — qualificava a acurácia, a precisão, a correção e a justeza do que era dito. Mas o ponto zero dessa narrativa não era entendida por ele como algo mais do que uma abstração. A figuração do(a) historiador(a)⁷ apátrida que extraímos do excerto acima, importante que se diga, era a proposição de um dever ser:

Não pretendo que seja fácil compor uma história que represente com igual sinceridade os descuidos e a prudência, o errado e o correto, as perdas e os benefícios, de ambas as partes. Seria necessário ser o homem sem paixões ou o homem sábio dos estoicos, aquele homem que nunca se encontrará, e que apenas permanece enquanto ideia (CAPRIATA, rem. C).

Uma fala não localizada é uma impossibilidade, não há enunciado neutro, sempre se está numa perspectiva. Indicar essa impossibilidade funciona como um modo de mitigar a parcialidade — nem que seja indicando qual é ela e em que intensidade ela opera. No caso da história do conflito de dois países não basta ser de um terceiro. Hoje, nossa gramática fala de discursos que nos atravessam e constituem — termos inexistentes na época. Mas existe algo próximo, ainda que dentro de uma chave de determinismo antropológico, quando Bayle diz que “por seu próprio temperamento um particular nutrirá mais amizade por uma nação estrangeira do que pela outra” (CAPRIATA, rem. C). As prevenções individuais não somem nem mesmo quando a história é distante no tempo e no espaço:

Suponha que um homem de nosso século faça a história de um rei das Índias, morto e destronado duzentos ou trezentos anos atrás, você acreditará que nenhum interesse o leva a usar de má fé. Entretanto, se ele é um homem inimigo da monarquia e que aprova a rebelião dos súditos, ele procurará mil subterfúgios e mil disfarces para tornar odiosa a memória desse monarca e para justificar as guerras civis que o derrubaram do trono. Um historiador inimigo das rebeliões faria tudo o oposto deste.

(...)

há formas de governo, há máximas de moral e de política das quais gosta ou não gosta. Esse preconceito o leva a privilegiar um partido em detrimento do outro, mesmo que faça a história de um povo antigo ou de um país distante (REMOND, rem. D).

Ao fim e ao cabo, o ponto interessante a ser evidenciado a partir de Bayle é que a construção (ou seja, é algo que tem que ser construído) do olhar distanciado é sempre difícil e nunca absoluto, mas, ainda assim, um gesto necessário. Quem escreve tem de fazer

um exame de si e saber identificar que tem preferências, interesses e que é atravessado por paixões. Estabelecido isso, deve assumir um compromisso de honestidade intelectual, diríamos nós. É a ética de um ofício que ele então delineava. Um sujeito ético do saber e que, junto disso, deveria ser também um perito na avaliação das fontes, um tipo de leitor especializado. Sobre esse ponto do domínio de técnicas de averiguação, por meio de leituras críticas, farei também algumas considerações.

CRÍTICA DAS FONTES

A história, no tempo de Pierre Bayle, fazia parte das belas letras. A boa forma, contudo, não era soberana sobre tudo o mais. A concepção de que história era sempre um artefato eminentemente narrativo, o qual estava restrita aos mais bem acabados modelos de elocução, está presa numa interpretação muito restrita do que na época se entendia por história. Os registros historiográficos do período nos apresentam uma realidade mais abrangente e variada. História designava também um modo de descrever algo com máxima precisão; fazia parte de um contexto semântico no qual significava um modo de dizer dos fenômenos concretos e reais. Eram feitas histórias de guerras, de costumes, de ideias; e também se historiava o corpo de pessoas e de animais (manuais de anatomia com título história), bem como se historiava a fauna e a flora. Um geógrafo poderia ser chamado também de historiador de lugares⁸.

A redução da história ao estilo é produto de uma imagem caricatural da historiografia daquele momento. No século XVII, contava-se uma anedota sobre o abade Vertot (1655-1735), segundo a qual ao terminar de escrever sua história sobre cerco da cidade de Malta lhe indicaram documentos novos a respeito do evento. Ele teria respondido, então, “que era tarde demais, que o seu cerco já estava feito” (HAZARD, 1975, p. 35). Verdadeira ou não, a anedota é utilizada para informar o que seriam os parâmetros incontornáveis de uma obra de arte retoricamente elaborada. O historiador, emulando modelos como os de Tito Lívio, deveria antes se dedicar na composição e arranjo de tópicos e de figuras de linguagem do que sair a procura de fatos (ou mesmo verificar a autenticidade dos fatos que tinha disponíveis).

Diferente do retrato acima, Pierre Bayle e alguns de seus contemporâneos apontavam para a estreita relação dos estudos críticos e a escrita da história. A excelência retórica era bem-vinda desde que não se abrisse mão da fundamentação empírica. Quem escreve história deve ser um crítico das fontes, deve ser um comentador exato e, “nas matérias de fato”, deve “não propor nada sem prova” (EPICURE, rem. E). No discurso historiográfico, era “uma ousadia terrível dizer coisas para as quais não se tem algum

suporte” (HAILLAN, rem. K). Como regra geral colocava que “cada um seria obrigado a atribuir-lhes apenas o que sobre eles se lê nos antigos monumentos” (GUEVARA, rem. D). Independente de se considerar os testemunhos históricos como verdadeiros, falsos ou duvidosos: deve-se citar o que se encontra nos registros e com base neles sustentar as argumentações (GUEVARA, rem. D).

Fazer história era pensado, já no século XVII, como uma atividade de pesquisa, quem a escrevia, diferente da anedota a respeito de Veretot, tinha sim que ir à procura dos fatos e verificar a fidedignidade deles:

Em primeiro lugar, um historiador competente não copia o que um
ou dois autores disseram (...) ele procura em todos os arquivos.
Não
há títulos e cartulários que não leia **com uma crítica exata** do que
pode ser autêntico ou não. **Ele presta atenção em tudo.**
Nenhuma
circunstância que possa lançar luz sobre o fato que examina lhe
escapa. Ruínas de um edifício, túmulos semiarruinados, epitáfios,
inscrições e medalhas lhe servem para desenterrar a verdade. Os
costumes, as maneiras, as roupas, as vestimentas, as armas, a língua
da época de que trata **são elementos com os quais sabe**
distinguir **o**
verdadeiro do falso (LAMY, 1694, p.385).

É conhecido o relato do ilustre historiador Arnaldo Momigliano de que nos séculos XVII e XVIII os antiquários, valorizando uma sensibilidade empírica e fazendo uso de descrições minuciosas e autopsiais, estavam próximos da filosofia natural e da medicina; porém, distantes da história (como narrativa). O exemplo de Lamy mostra que não era bem assim. Pierre Bayle também nos oferece subsídios que indicam para uma estreita relação entre crítica documental e escrita da história. A crítica, tal como a definia Pierre Bayle, faz saber “as coisas de fato”, coisas que tinham algum modo de materialidade (BAYLE, 1692, fl. 2). Avaliava os conteúdos dos enunciados, bem como o suporte no qual eles estavam vazados. Seus materiais eram textos, mas olhava para eles com os mesmos olhos com os quais antiquários, filósofos naturais e médicos anatomistas olhavam para os seus objetos. O texto em Pierre Bayle possui materialidade, é artefato, independentemente de seu conteúdo ser ou não expressão de alguma realidade que lhe seja externa. Além disso, perguntava sobre como eram produzidos os documentos, quem os produzia e com que objetivos. No modo de composição histórico-crítica, a busca verifica qual a procedência das fontes, qual o objetivo do(a) autor(a). Os testemunhos não são empilhados sem critério ou ordem. Quando seleciona o que citar, não coloca os trechos fora de contexto (EPICURE, rem. E).

De modo geral, na virada do século XVII para o século XVIII, se debateu quanto a relação entre as ideias e a realidade, entre as palavras e as coisas. Para estabelecer um vínculo mais estreito entre o relato e o objeto relatado, muitos se voltaram para o estudo da cultura material. Desde inícios da modernidade o antiquariato analisava inscrições, medalhas e estátuas que pareciam possuir estatuto empírico mais evidente. A observação e a descrição direta da natureza ou dos vestígios materiais tinham relação com a busca por objetividade e empiria. Pierre Bayle fez parte desse momento, mas com sua atenção voltada exclusivamente para textos — e seus suportes. Foi inserido no interior de um universo tipográfico editorial que buscou ser objetivo; ou, para usar um termo mais adequado, ser exato no estabelecimento de evidências e fatos.

O conhecimento histórico não se reduzia à(s) evidência(s) produzidas pela crítica histórica, mas tampouco podia contradizê-las. O estatuto do texto enquanto fonte-testemunho estabelecia limites que não podiam ser ultrapassados. Escrever história implicava, numa data tão afastada como o século XVII, se perguntar sobre a autenticidade e a legitimidade de vastos registros literários. Um trabalho com essas características exigia anos de dedicação, muitas leituras e repetidas pesquisas. Um texto de história era o ponto de encerramento (por vezes temporário) de um percurso de pesquisas, averiguações, comparações e juízos.

A prova histórica, diríamos, é uma prova de base documental. E da forma que Bayle colocava, pouco importa o grau de ceticismo que o analista possa ter com relação aos testemunhos (orais, materiais ou textuais), o ponto é que sem eles não há fundamento histórico — é permitido, inclusive, duvidar dos vestígios dos quais se dispõe; porém, de forma alguma alguém poderá afirmar algo sobre o que não há qualquer registro. Nesse aspecto, temos uma premissa a respeito das condições de produção do conhecimento histórico a qual faz eco em historiadores oitocentistas como Charles Langlois e Charles Seignobos. Estes, consideravam, na *Introdução aos Estudos Históricos*, que a história deveria ser feita com documentos “[...] Porque nada substitui os documentos: onde não há documentos, não há história” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 15).

UMA POLÍTICA DA ESCRITA

“A perfeição de uma história é ser desagradável para todas as seitas e todas as nações” BAYLE, 1702, p. 3.167.

Nesse ponto, inclusive, valeria a pena indicar não só as metodologias, como ferramentas isoladas, mas também mencionar um aspecto do contexto no qual elas foram

elaboradas. E aqui traçarei um paralelo. Nessas primeiras décadas do século XXI, as palavras crise, dúvida e incerteza têm sido empregadas de forma recorrente nas análises do estatuto do saber histórico na atualidade. Há mais de trezentos anos, os termos crise, dúvida e incerteza também foram centrais no modo como foi entendido o contexto intelectual daquele momento. Numa passagem do DHC, da edição de 1702, Bayle escreveu que provavelmente jamais a descrença fora tão grande como era em seu tempo e que “nunca, talvez, existiram tantos incrédulos como nos séculos XVI e XVII” (GREGOIRE I, rem. R). Também em 1702, na Universidade de Leiden, o discurso de abertura do ano letivo, feita por Jacob Perizonius, teve como mote a ideia de que “a história estava em plena crise” (HAZARD, 1971, p. 37). Os últimos anos do século XVII, assim como os primeiros anos do século XVIII, no contexto de língua francesa, foram marcados por constantes embates intelectuais. No interior desse quadro, a incerteza epistêmica era colocada como uma crise política, religiosa e moral. Porém, o que é chamado de crise foi, em grande parte, um deslocamento discursivo, um deslizamento na base da fundamentação do saber.

Como forma de enquadrar Pierre Bayle dentro de um juízo moral desabonador, ele foi classificado como um pensador libertino, alcunha que nunca assumiu para si. Contudo, diferente do que a retórica de detração fazia querer crer, o termo libertino, dado que existe também uma significação contemporânea muito diversa para ele, carrega um sentido específico quando pensamos os autores que o termo designa para o século XVII. Não eram hedonistas, cínicos, negligentes, desregrados e avessos a qualquer padrão ético. Muito pelo contrário. O DHC está repleto de argumentos que Bayle repetiu de escritores chamados de libertinos — escritores que admirava, como Le Vayer e Guy Patin. No interior da libertinagem erudita, a liberdade na escrita falava de não ter que sujeitar a razão aos dogmas religiosos e morais — ou (em alguns casos) às restrições da política. Do termo libertino, destaco o seu sentido de defesa do direito de escrever de acordo com certa racionalidade e consistência lógica dos argumentos. Essa atitude libertina foi importante na construção de um espaço autônomo para a escrita da história. Na constituição de um espaço de escrita no qual não existissem temas proibidos à(o) historiador(a) enquanto historiador(a).

Religião e teologia foram temáticas sobre as quais Pierre Bayle tratou de modo livre (ele mesmo colocava nesses termos), logo, não surpreende que tenha sido acusado de herético, de profanador das coisas santas. Jamais, importante que se diga, o autor aceitou tais acusações. Mas não é esse o ponto aqui. O que poderia também ser dito, fazendo uma correlação, é que Pierre Bayle produziu também heresias no interior da ortodoxia historiográfica de seu tempo. Falo das fissuras que abriu na moldura que métodos e artes de história, tradicionalmente, criaram para a escrita da história. Na taxonomia das tipologias

literárias do período moderno, a história era tida como o gênero mais nobre entre os gêneros em prosa; assim como a epopeia era tida como a mais nobre dentre as modalidades de verso (FUMAROLI, 1994). Bayle tinha noção desse aspecto distinto, aristocrático da historiografia oficial; “os antigos romanos”, dizia ele, “tinham infinitamente mais respeito pela dignidade da história, pois antes da época de Pompeu somente tratava dela quem fosse destacado por seu nascimento e por seu mérito” (BAYLE, 1702, p. 3.103). De acordo com Le Vayer, que escreveu uma geração antes, “é também do julgamento de um bom historiador, não se distrair com coisas baixas e de pouca importância” (VAYER, 1668, p. 39). No entanto, Bayle não compôs a grande história, ou a história em forma (no sentido de convencional), regular ou perfeita, aquela cuja gravidade (no sentido latino de *gravitas*) conferia nobreza no interior das categorias dos gêneros em prosa (MOYNE, 1670).

Os grandes debates que abordam temas graves como tolerância, origem do mal, guerras de religião, república das letras (todos tópicos que de fato fazem parte das páginas do DHC), ignoram algumas peculiaridades dos textos baylianos; a saber: eles são multifacetados. Esse debate de “ideias elevadas” pode esquecer que o *Dicionário* estava repleto de obscenidades, blasfêmias, trivialidades, anedotas e toda sorte de fofocas e maledicências. O tipo de história que Bayle escreveu, nas suas próprias palavras, consistia num “conjunto de toda sorte de matérias; umas sérias, outras risíveis” (BAYLE, 1702, p. 3.163). O historiador dicionarista conhecia muito bem que dignidade e relevância eram prescritas como critérios na escolha dos assuntos que mereceriam ser historiados; apenas que deliberadamente decidiu escrever uma história de outro tipo.

A escrita da história para Bayle deveria ser uma elaboração literária não com base em um “como se”, mas na chave de um “tal qual” que os registros nos dão testemunho. De modo que “é impossível escrever a história sem relatar ações infames e abomináveis” (BLONDEL, rem. A). Assim como o historiador Bernard Haillan (1535-1610), o qual Pierre Bayle citava com frequência, entendia que a história deve “pintar os traços mais disformes, bem como os mais belos” (HAILLAN, 1576, fl. 8). Quem prefere a verdade a todas as demais coisas, acaba por ser recepcionado com escândalo. Não obstante, ter “a coragem de falar livremente sobre as matérias delicadas” (HAILLAN, txt), eis “o verdadeiro caráter de um historiador” (HAILLAN, rem. G).

As situações desagradáveis e vexatórias, na experiência humana, ocorrem a todo momento, encobri-las seria falsificar como as coisas amiúde se passam. O ofício exige estômago, quem afeta pudor e gravidade não conseguirá dar conta da tarefa. Para pessoas que não lidavam bem com a “a narração de uma verdade histórica dessa natureza”, recomendava que nem abrissem tais livros (BLONDEL, rem. A). As imagens ditas

obscenas ou heréticas que a citação de um trecho possa evocar, não deveriam, segundo Bayle, ser motivo para a sua supressão. Esses fatos textuais, que podem ser peculiares ou horrendos, são sempre dignos de estudo — nesse ponto, dava de ombros para um debate centenário sobre o decoro historiográfico. O fundamental é que, independentemente da matéria e da forma, o(a) historiador(a) deve escrever com base naquilo que encontra lastro nos registros testemunhais (no caso de Bayle, como já ficou dito, eram sempre textos, mas suas reflexões podem servir para pesar o estatuto dos mais diversos tipos de evidências constituídas como documentos). As referências por ele utilizadas, nas histórias que escreveu, eram materiais públicos (e publicados) e sobre eles escrevia na qualidade de historiador [*en historien*] — conforme os privilégios e deveres que o ofício carrega. A questão toda, argumentava, era não ignorar “o que dizem os autores cujas palavras eu cito” (HIPPARCHIA, rem. D).

Aos censores que pretendiam proibir a abordagem dos temas de que tratava respondia “que eles não consideram com a devida atenção nem os direitos, nem os deveres de um historiador” (HIPPARCHIA, rem. D). Temos aqui que Pierre Bayle não apenas argumentava em termos epistemológicos, como também atuava numa política da escrita. No final do século XVII, foi o momento em que surgiram os jornais científicos e literários. Pierre Bayle foi o editor de um dos mais ilustres periódicos de então, o já mencionado NRL. Sua participação ativa na cultura impressa da época contribuiu tanto para suas pesquisas como para a divulgação de seus próprios trabalhos. Por isso, debater sobre a escrita da história, em Pierre Bayle, era debater também sobre o mercado e a legislação editorial, sobre a liberdade da circulação de ideias, sobre autoria.

Na sua revista, Bayle tanto concebeu como colocou em prática sua ideia de uma comunidade letrada que fosse construída sem vetos políticos e religiosos. Dessa forma, contribuiu para a idealização do que desde os séculos XV e XVI vinha sendo chamado de uma República das Letras. O assunto, fosse qual fosse, deveria ser colocado no âmbito de uma dimensão intelectual e laica. Existe um debate sobre em que momento se poderia situar a formação de algo como uma “esfera pública” de discussão, bem como qual seria a abrangência e as características de um tal espaço. Seja como for, no século XVIII, os periódicos se consolidaram como o fórum no qual os grandes debates do período eram conduzidos. Diferentes grupos intelectuais fizeram das revistas uma ferramenta para veicular suas propostas. Enquanto ferramentas, os jornais eram utilizados tanto por partidários de uma determinada causa quanto por seus oponentes.

De acordo com Jeremy Popkin, o sucesso alcançado pela NRL, nos anos 1680, faz parte da gênese desse processo. O pesquisador considera que o periódico de Pierre Bayle,

embora não tenha sido o primeiro, ajudou a estabelecer o formato periódico como veículo característico de uma comunidade cosmopolita de produção e divulgação dos saberes (POPKIN, J., 1991). Aqui, temos outra vez o efeito de contemporaneidade ao abordarmos esse momento da Idade Moderna, pois “escrever artigos e resenhas para periódicos era tão parte da vida dos pensadores do século XVIII quanto o é para os acadêmicos do século XX. Quase todos os escritores conhecidos do século escreveram para periódicos, de Bayle no seu início até Kant no seu final” (POPKIN, J., 1991, p. 210).

Ponto fundamental para a constituição desse espaço de embates (não violentos), de trocas e de cooperação era a garantia da liberdade na exposição e defesa das ideias. Isso quer dizer que atividade intelectual, entre elas a escrita da história, necessitava de uma autonomia, ao menos relativa, em relação aos poderes constituídos e de alguma salvaguarda de que um(a) escritor(a) não seria perseguido por apresentar suas hipóteses. Salvaguardas particularmente necessária para a historiografia, dado que ao ofício era exigido um compromisso de apresentar os eventos sem disfarces. As chamadas leis da história, muito evocadas nesse período moderno, tinham como mote a tópica ciceroniana: “quem ignora que a primeira lei da história é não dizer algo falso? Em seguida, ousar dizer algo verdadeiro?” (Oratore, II, 62). No entanto, como contraponto do que idealmente era prescrito (à) o historiador(a), Bayle elencou no *Dicionário* diversos casos de historiadores que, por ousarem dizer a verdade, acabaram sendo perseguidos, castigados e mesmo executados — em especial, veja-se (BONFADIUS, rem. D). A constituição de um espaço seguro onde quem escreve história não estaria em risco por apresentar fatos desagradáveis ao poder fazia parte da agenda bayliana.

Na sua trajetória biográfica, Pierre Bayle nunca teve ingerência sobre a política institucional. Mas no espaço editorial de seu periódico e na elaboração do DHC, não apenas enunciou valores de tolerância como os colocou em prática no modo que procedeu intelectualmente. Como foi dito em outro lugar: “nas páginas de seus livros, vislumbrou não só uma república de letras livre, como a formação de algo como uma esfera pública de opiniões”; e por isso, talvez a maior contribuição de Bayle para o conhecimento histórico moderno “não esteja propriamente nos preceitos metodológicos. Mas na compreensão que adquiriu no exílio de que uma história que leve em conta diferentes pontos de vista precisa de um ambiente de liberdade intelectual” (SCHWENGBER, 2020, pp. 357 e 359). Numa quadra da história em que teologia e política formavam uma unidade, Bayle destacava como premissa editorial que “não se trata de religião, se trata de ciência: devemos, portanto, por abaixo tudo que divide os homens em facções e considerar somente o ponto sob o qual

eles se unem, que é sua qualidade de homens ilustres na República das Letras” (BAYLE, 1966: 9a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira parte desse artigo serviu não apenas para o balanço bibliográfico de estudos voltados para o conhecimento histórico em Pierre Bayle, mas também para indicar que poucas são as análises centradas nesse aspecto de sua produção intelectual. Portanto, para a história da historiografia e para teoria da história tem-se vasto material a ser ainda explorado e debatido. A segunda parte apresentou uma síntese sobre a concepção bayliana de historiografia, dando atenção aos seus próprios textos. A partir disso buscou-se indicar como de seus textos extraímos uma concepção de saber histórico que articula ética, epistemologia, crítica e política.

São muitas as premissas, as categorias e os valores daquele contexto que hoje nos são completamente estranhos, tantos outros são os elementos que apropriamos e reciclamos dando outro sentido, significado e efetividade. Foi ciente disso que, mesmo estudando um autor calvinista, não se quis evitar alguns pecados, em especial naquele que para Lucien Febvre é o “pecado dos pecados — o pecado entre todos imperdoável: o anacronismo” (FEBVRE, 2009, p. 33). No entanto, uma ascese historiográfica excessiva não permitiria destacar aqueles aspectos ainda vivos das obras de Pierre Bayle. A defesa da tolerância, da laicidade e da livre circulação de ideias ainda tem profundo apelo — seja para profissionais e leitoras e leitores da história, seja para o tecido social como um todo. Nesse ponto, inclusive, negar revisitar seus textos para um diálogo com o presente seria desprezar um rico acervo para pensar os fundamentos de uma religiosidade ética e de uma laicidade não antirreligiosa.

A primeira leitura do DHC me interpelou justamente pelas semelhanças que, de forma dedutiva e ainda acrítica, estabeleci entre o rigor no tratamento das fontes, ali empregado, e a metodologia que muitas vezes é a nossa. Foi primeiro o efeito de contemporaneidade do que a historicização do objeto que me aproximou dele. Dado que registro como curioso, pois foi justamente essa primeira aproximação com os textos que permitiu perceber uma inconsistência na historicização que via de regra fazemos de nossa disciplina. Não há dúvidas que o ofício historiográfico acadêmico, em linhas gerais, tal como o concebemos e praticamos, é de matriz oitocentista europeu. Porém, supor que o que se chamou de história ciência instaurou pela primeira vez critérios de crítica e objetividade menos do que evitar anacronismos, sedimentaria “esquecimentos provocados por uma memória disciplinar” (TURIN, 2007).

Na análise exposta aqui, ficou indicado que na modernidade foi realizado um empreendimento de definir no que consiste a verdade histórica. Bayle participou desse contexto. Ele e outros debateram quais âmbitos da existência e de que fenômenos a história poderia e deveria tratar, bem como no que consistia tratar esses âmbitos de forma histórica. Com quais fontes e que fontes poderiam ser assumidas como matéria prima da pesquisa histórica. Quando afirmo que muitos desses traços estão presentes na conformação do conhecimento histórico, tal como produzido nas instituições universitárias do século XIX (em muitos aspectos sobreviventes no século XX e XXI), não quero dizer que os textos aqui em análise a produziu, mas que na dinâmica dessa conformação os personagens oitocentistas recolheram e reciclaram muito do que foi escrito nos séculos XVII e XVIII.

As historiografias do Setecentos e do Oitocentos guardam suas especificidades; nelas, existem lógicas e categorias que não encontramos no Seiscentos. Contudo, as modalidades de análise da cultura material (antiquariato ou algo próximo da arqueologia) e a aproximação de escrita e crítica já eram elementos presentes no século XVII. A boa história era aquela que era bem escrita e também documentalmente embasada. Cada vez menos a atribuição de veracidade era dada àquelas obras que não apresentassem (explícita ou implicitamente) seus aparatos de verificação crítica e o conjunto de suas fontes/testemunhos. O que poderia se defender é uma diferença na intensidade e na escala dessa aproximação, de quanto, desde o Oitocentos, a mobilização dessas técnicas críticas e os aparatos arqueológicos ganharam porosidade (bem como foram aperfeiçoados em seus métodos) no dia a dia da prática historiográfica universitária — inclusive, aqui um distanciamento: a emergência das universidades contemporâneas, bem como suas articulações com os estados nações, é uma realidade desconhecida para época de Pierre Bayle. Porém, considero importante desfazer a impressão de que critérios de objetividade e de crítica histórica tenham sido, do nada, inventados em seminários de universidades berlinenses, no século XIX.

Da crítica bibliográfica e editorial e bibliográfica bayliana, há que destacar que no DHC está sumarizado pelo menos três séculos de debates eruditos. Isso dá ao livro um caráter de arquivo, o qual pode interessar a história intelectual em sentido mais amplo. Sem falar que em Pierre Bayle, além das dimensões práticas e políticas, encontramos considerações sobre as implicações tecnológicas na produção de materiais impressos — e a história era veiculada em livros e periódicos. Ele tratou da infraestrutura técnica das oficinas tipográficas, de como era o trabalho realizado nesses espaços, por quais processos e etapas passavam os produtos que saíam delas, de como cada formato editorial tinha recepções específicas. Além da figura do escritor, tratou das funções de tipógrafos,

corretores, revisores, editores, livreiros e censores. Sabia e apresentava para os(as) leitores(as) que um livro era resultado de um trabalho coletivo, que a fortuna de uma edição era indissociável das condições materiais de sua produção e das possibilidades de sua circulação.

Essa dimensão dos usos e das implicações tecnológicas para o ofício historiográfico foi abordado em outro lugar (SCHWENGBER, 2022), mas vale um estudo mais aprofundado ainda a ser realizado. Contudo, o destaque desse aspecto é para indicar o quanto as obras desse autor são promissoras para pesquisas historiográficas. Some-se a isso o que nesse artigo efetivamente foi apresentado, ou seja, que a contribuição de Pierre Bayle não reside apenas em sustentar que os fatos históricos alegados deveriam ter lastro documental/testemunhal que os amparasse (bem como saber fazer a crítica da documentação), mas também no alargamento dos temas que a história poderia tratar. Direitos que estavam vinculados a compromissos; logo, trata-se de uma ética historiográfica e da abertura para a autonomia de um campo de saber. Do balanço desses argumentos, espera-se ter evidenciado que, diferentes de algumas caricaturas, no século XVII encontramos uma complexa história da historiografia, a qual se detinha tanto nas formas de se escrever a história quanto nas diferentes modalidades de investigação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cecília P. de. **O elogio da polifonia: tolerância e política em Pierre Bayle**. São Paulo: FFLCH/USP, 2011, tese de doutoramento.

BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno: séculos XVII e XVIII**. volume I. Trad. Maria Manuela Alberty, 7 ed. Rio de Janeiro: editora 70, 1977.

BAYLE, Pierre. **Nouvelles de la république des lettres**. Tom. I. Genève : Slatikine Reprints, 1966 (1684).

BAYLE, Pierre. **Dictionnaire Historique et Critique**, 1740.

BAYLE, Pierre. **Oeuvres diverses**. Tome premier. Haia: Compagnie des libraires, MDCCXXXVII (1737a).

BAYLE, Pierre. **Oeuvres diverses**. Tome second. Haia: Compagnie des libraires, MDCCXXXVII (1737b).

BAYLE, Pierre. **Dictionnaire historique et critique**. Tomo 4. Roterdã: Reinier Leers, 1702.

BAYLE, Pierre. **Projet et Fragmens d'un Dictionnaire Critique**. Roterdã: chez Reinier Leers, MDCXCII (1692).

- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOST, Humbert. “Propõe Bayle uma história da filosofia?” **Revista Kriterion**, Belo Horizonte, n° 120, pp.295-311, dez., 2009.
- BOST, Hubert. **Pierre Bayle historien, critique et moraliste**. *Turnhout*. Brepols Publisher: 2006.
- CASHMERE, John B. A. **Pierre Bayle, toleration, and history**. Tese. Hobart: University of Tasmania, 1969.
- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do iluminismo**. Trad. Álvaro Cabral, 2 ed. Campinas: ed. Unicamp, 1994.
- CÍCERO. Do orador. In: SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares, I, 9, 23**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009, tese de doutoramento, pp. 147-308.
- DOSSE, François. **A História**. Bauru: Edusc, 2003.
- FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- FUETER, Eduard. **Histoire de l’historiographie moderne**. Paris: librairie Félix Alcan, 1914.
- FUMAROLI, Marc. **La diplomatie de l’esprit: de Montaigne à La Fontaine**. Paris: ed. Herman, 1994.
- GIBBON, Edward. **Memoirs of my life**. Londres: Penguin Books, [1796] 1984.
- GRAFTON, Anthony. **La page: de l’Antiquité à l’ère du numérique**. Paris: Hazan, 2012.
- HAZARD, Paul. **Crise da Consciência Europeia**. Lisboa: Cosmos, [1934] 1971.
- ISRAEL, Jonathan Irvine. **Enlightenment contested. Philosophy, modernity, and the emancipation of man 1670–1752**. New York: Oxford University Press, 2006.
- KELLEY, Donald R. **Faces of history: historical inquiry from Herodotus to Herder**. New Haven e London: Yale University Press, 1998.
- KELLEY, Donald R. **Versions of history: from Antiquity to the Enlightenment**. New Haven: Yale University Press, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise. uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 1999.
- LABROUSSE, Elisabeth. **Pierre Bayle — Tome I: Du Pays de Foix a la Cite d’Erasmus**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985.
- LABROUSSE, Elisabeth. **Pierre Bayle — Tome II: Heterodoxie et Rigorisme**. Haia: Martinus Nijhoff Publishers, 1964.

- LAMY, BERNARD. **Entretiens sur les sciences**. Lyon : chez Jean Certe, MDCLXXXIV [1694].
- LANGLOIS, Charles. V; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.
- LENNON, Thomas M. **Reading Bayle**. Toronto: University of Toronto Press, 1999.
- MORI, Gianluca. **Bayle philosophe**. Paris: H. Champion, 1999.
- MOYNE, Pierre Le. **De l'histoire**. Paris: Louis Billaine, MDCLXX [1670].
- PERRY, Elisabeth Israels. **From theology to history: french religious controversy and the Revocation of the Edict of Nantes**. Haia: Martinus Nijhoff, 1973.
- POCOCK, J. G. A. **The ancient constitution and the feudal law**. Cambridge University Press, 1987.
- POPKIN, Jeremy D. "Periodical Publication and the Nature of Knowledge in Eighteenth-Century Europe". In: KELLEY, Donald R.; POPKIN, Richard H. **The Shapes of knowledge from the Renaissance to Enlightenment**. Springer Science, 1991.
- POPKIN, Richard H. **The History of scepticism: From Savonarola to Bayle**. OXFORD: University Press, 2003.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- SCHWENGBER, Jacson. **Cético, ateu, obscuro: crítica, conhecimento histórico e cultura impressa em Pierre Bayle (1647-1706)**. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 2022.
- SCHWENGBER, Jacson. **Exílio, tolerância e escrita da história a partir da trajetória de Pierre Bayle (1647-1706)**. *Intellèctus* Ano XIX, n. 1, 2020, pp. 340-363.
- TODD, Ryan. *Pierre Bayle's cartesian metaphysics: rediscovering Early Modern Philosophy*. New York: Routledge, 2009.
- TURIN, Rodrigo. "Tradição crítica e crítica da tradição: as fortunas das ars historica". Resenha, *Topoi*, v. 8, n. 15, jul./dez., 2007, pp. 209-215.
- WHELAN, Ruth. "Images de la Réforme chez Pierre Bayle". *Revue de théologie et philosophie, troisième série*, vol. 122, n. 1, 1990, pp.85-107.
- VAYER, La Mothe Le. **Du peu de certitude qu'il y a dans l'Histoire**. Paris: Louis Billaine, MDCLXVIII [1668].
- VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹ Sugestão feita a ela, conforme relata a própria autora, por Richard Popkin, um dos mais importantes pesquisadores da história do ceticismo, em geral, e do ceticismo de Pierre Bayle, em particular. Além

disso, essa historiadora estava próxima de pesquisadores(as) seminais a respeito do pensamento de Bayle: Elisabeth Labrousse, Jacques Solé e Walter Rex.

² Nos estudos baylianos existem algumas convenções específicas referentes a referência. Assim, os diversos textos de Pierre Bayle, os quais foram publicados nos quatro volumes de seus *Ouvres diverses*, são referidos como: OD I, OD II, OD III e OD IV.

³ Situo a provável data de composição entre os anos de 1702 e 1706 porque esse verbete não constava nem na primeira edição, nem na segunda edição do DHC, publicadas respectivamente nos anos de 1696 e de 1702. CAPRIATA consta na terceira edição, de 1720, uma publicação póstuma. Era um dos artigos que foram encontrados nos espólios do autor.

⁴ Outra especificidade na referência: quando se faz referência a textos do *Dicionário Histórico e Crítico* se convencionou indicar o nome do artigo e, quando for o caso, a letra que indica o comentário da nota de pé de página (por exemplo: rem. A, rem. L, etc.). Isso porque a paginação e o conteúdo dos textos variam conforme a edição. Para esse artigo consultei a edição canônica de 1740.

⁵ O paralelo com a trapaça no jogo de cartas é do próprio Bayle: “muita gente gostaria que um historiador do seu partido imitasse os jogadores de baralho, os quais guardam apenas as cartas boas e dispensam as cartas ruins que chegam a eles” (REMOND, rem. D).

⁶ No paralelo, o(a) leitor(a) percebe que Cassirer tem em mente o *Ideia de uma história universal de ponto de vista cosmopolita*, opúsculo escrito por Immanuel Kant. Não farei aqui essa análise, mas indico que a exceção de uma ideia cosmopolita não há qualquer outro ponto de contato entre as propostas de Kant e de Bayle. Neste último inexistente uma ideia de história universal (não como filosofia da história, pelo menos), de perfeição política, de progresso ou mesmo alguma crença nas astúcias da razão. Ademais, como nota de leitura pessoal, portanto, que não se tome como constatação, ressalto que em dado momento a concepção teórica de Bayle sobre a história foi colocada como defasada e ultrapassada porque incapaz de propor uma síntese teórica sobre os processos históricos globais. No entanto, considero seus apontamentos menos ingênuos (senão menos perniciosos) do que as falácias universalistas construídas pelo pensamento Ilustrado.

⁷ Com exceção das citações diretas, falo sempre em historiadoras e historiadores. Não faz sentido considerar nosso ofício como outra coisa senão uma atividade feita por mulheres e homens. No entanto, para Pierre Bayle e seus contemporâneos a escrita da história (quando não a própria agência sobre a realidade histórica) era uma função exclusivamente (cis)masculina. Bayle flexiona o gênero, em alguns momentos, quando se refere a quem o lê, mas nunca ocorre quando pensa na figura de autoria historiográfica. Quem escreve história é sempre representado como homem cis gênero. Isso não ocorre quando refere poetas e poetisas, tradutores e tradutoras, filósofos e filósofas; e assim por diante. No entanto, não há nenhuma mulher (cis gênero ou não) que figure nas suas páginas como autora de história. Apesar disso, seria ética e epistemologicamente inconsistente repetir esse silenciamento. A historiadora Mary Spongberg mostra que desde o Renascimento muitas foram as mulheres (ainda que ela não pense senão mulheres cis) que estudaram e pensaram sobre o passado, apenas que não foram reconhecidas e chamadas pela categoria “historiadora” (SPONGBERG, 2002). Assim, historicizando os enunciados de Bayle fica evidente que não escreveu para nós e que nossa agenda não existia naquele momento. O que não nos impede de abrir fissuras neles, reformulá-los e recicla-los para fazerem parte de uma semântica outra; uma na qual esses silenciamentos não se repitam. Por isso, como quando Bayle fala “o historiador” estava ele pensando nesse sujeito do saber em geral, repito essa generalização, porém, sem restringi-la a imagem de homem cisgênero.

⁸ À título de ilustração: Adrien Baillet (1649-1706), autor bastante referenciado no DHC, colocava no rol dos escritores eruditos: “*geographes ou les historiens des lieux*”, bem como “*chronologistes ou les historiens des temps*” (BAILLET, 1722a, p. 23).

Submissão: 8 de dezembro de 2023

Avaliado: 22 de maio de 2024

Aceito: 29 de novembro de 2024